

**EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 1.112.736 - PR  
(2009/0015803-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**EMBARGANTE** : CNF - ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS NACIONAL LTDA  
**ADVOGADOS** : ROGÉRIA FAGUNDES DOTTI DORIA E OUTRO(S) - PR020900  
VANESSA CRISTINA CRUZ SCHEREMETA E OUTRO(S) - PR027134  
NELSON PASCHOALOTTO E OUTRO(S) - PR042745  
ANA BEATRIZ DOS SANTOS DE OLIVEIRA ROCHA E OUTRO(S) - PR093325  
**EMBARGADO** : JOAO CLAUDEMIR CARNIETTO  
**EMBARGADO** : PAULO JUBERTE FILHO  
**ADVOGADO** : LUIZ GUSTAVO FRAGOSO DA SILVA E OUTRO(S) - PR023282

**EMENTA**

*EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. PROCESSUAL CIVIL. DISSÍDIO NÃO DEMONSTRADO. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA ENTRE OS CASOS CONFRONTADOS. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA INDEFERIDOS.*

**DECISÃO**

Vistos etc.

Trata-se de embargos de divergência opostos por CNF - ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS NACIONAL LTDA contra acórdão proferido pela Quarta Turma do STJ (Min. Marco Buzzi) que, ao rejeitar os embargos de declaração opostos, manteve o provimento do recurso especial interposto pelos ora embargados para "(...) cassar os acórdãos de fls. 500-504 (e-STJ) e 472-483 (e-STJ) a fim de afastar a prescrição na espécie, determinando o retorno dos autos à origem a fim de que o Tribunal de origem prossiga no julgamento do feito, na esteira do devido processo legal". Tal acórdão foi assim ementado:

*AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL – AÇÃO DECLARATÓRIA – DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DO RÉU. 1. "Os juros de mora constituem acessório em relação à*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*obrigação principal, sujeitando-se ao mesmo prazo prescricional dessa. Precedentes do STJ" (AgInt no REsp 1439779/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 02/02/2017, DJe 08/02/2017). 2. Agravo interno desprovido. (e-STJ fl. 603)*

A embargante alega a existência de divergência jurisprudencial relativamente ao ao prazo prescricional aplicável na correção monetária e nos juros moratórios na hipótese, tendo em vista que os ora recorridos já obtiveram a restituição das parcelas pagas em consórcio – fato reconhecido pelas instâncias ordinárias. Por esta razão, sustenta que, a teor do art. 178, § 10, inciso III, do CC/16 (prazo quinquenal), a pretensão de recebimento dos valores referentes a obrigações acessórias encontra-se prescrita. Para amparar sua tese indica os seguintes paradigmas: (a) o Recurso Especial 1.374.505/SP (2ª T., Min. Humberto Martins); e (b) o AgRg no Agravo de Instrumento 673.469/DF (3ª T., Min. Sidnei Beneti), nos quais é afastada a prescrição vintenária.

Inicialmente, os embargos foram distribuídos ao Min. Jorge Mussi, no âmbito da Corte Especial, tendo em vista que, no referido recurso, houve a indicação de divergência entre julgados de Turmas pertencentes a Seções diversas.

Relativamente ao paradigma oriundo da 2ª Turma, a Corte Especial, ao rejeitar o agravo interno interposto (e-STJ, fls. 711/722), manteve a decisão que indeferiu liminarmente o recurso (e-STJ, fls. 687/692).

Após, vieram os autos distribuídos este relator em 27 de setembro de 2019.

É o breve relatório.

Decido.

O recurso também devem ser indeferido quanto ao paradigma da 3ª Turma.

A teor do disposto nos arts. 1.043 do CPC/2015 e 266 do RISTJ, são cabíveis embargos de divergência, recurso cujo escopo é a uniformização da

# *Superior Tribunal de Justiça*

jurisprudência desta Corte, eliminando as dissidências internas quanto à interpretação do direito em tese, quando determinado órgão fracionário, julgando recurso especial, dissente de julgamento atual de qualquer outro órgão do mesmo tribunal.

No caso, entretanto, o dissídio aventado pela embargante não está configurado, na medida em que não há similitude fática e jurídica entre o julgado recorrido e o acórdão paradigma da 3ª Turma.

Isso porque, a 4ª Turma do STJ, ao negar provimento ao agravo interno e manter, via de consequência, a decisão que deu provimento do recurso especial interposto pelos ora embargados para *"(...) cassar os acórdãos de fls. 500-504 (e-STJ) e 472-483 (e-STJ) a fim de afastar a prescrição na espécie, determinando o retorno dos autos à origem a fim de que o Tribunal de origem prossiga no julgamento do feito, na esteira do devido processo legal"*, entendeu, com base nas peculiaridades do caso e em jurisprudência do STJ sobre o tema, *"(...) ser o mesmo da obrigação principal, o prazo prescricional para cobrança das prestações acessórias quando da devolução de parcelas adimplidas pelo consorciado desistente"*.

De outro lado, o entendimento manifestado no julgamento do acórdão paradigma teve por base discussão completamente diversa, relacionada, consoante as razões trazidas pelo Min. Herman Benjamin na apreciação do EREsp 1.112.735/PR (DJe de 02/08/2019) pela Corte Especial - caso idêntico aos dos autos, inclusive quanto à parte embargante -, que *"(...) no precedente constante na transcrição acima (AgRg no Ag 673.469/DF), trazido pela Segunda [sic] Turma no julgamento do acórdão paradigma, não se discutia a cobrança de juros moratórios, mas sim os juros compensatórios incidentes sobre uma operação de mútuo"* (e-STJ, fl. 770).

Bem se vê, portanto, que o precedente colacionado, por não se referir às mesmas circunstâncias, não infirma a orientação adotada pelo acórdão ora embargado.

**Ante o exposto, com fundamento no art. 266-C do Regimento Interno**

# *Superior Tribunal de Justiça*

**desta Corte, indefiro os embargos de divergência.**

Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO  
Relator

